



SEPVLCRVM

MEMORIA AETERNA

 município
Chaves

 MUSEU
DA REGIÃO
FLAVIENSE

CORPVS MANET MEMORIA VIVIT

O corpo mantém-se. A memória vive

CAMALVS / BORNII F/HIC SITVS/ EST ANNOR/

XXX EXS O TARDV/FRATER FACIE/AELVS CURAVIT

Camalo, filho de Bórnio, congénere dos Tardos, foi enterrado, após a sua morte, aos 30 anos, aqui.

Seu irmão, Aélío, procurou levantar-lhe este sepulcro.

Estela funerária de frontão semicircular decorado com quadríscele

Século II - III d.C.

Região Flaviense (MRF/NcARQ/42/09)

VIATOR, VIATOR

QVOD TU ES EGO FUI

QVOD NVNC SVM ET ERIS

Viajante viajante, o que tu és, eu fui,
aquilo que eu agora sou, tu serás

Aquae Flaviae – último repouso

Vlterius nihil est morte neque utilius

Nada é mais distante e mais útil que a morte

A morte significava, para a sociedade romana, uma transição, uma passagem e até o repouso após a longa viagem que era a vida. Significava também o início de uma nova forma de existência, cujo sucesso era garantido através de um *funus* (honras fúnebres) digno e corretamente executado, ou seja, uma boa sepultura. Esta crença de que mortos e vivos se podiam afetar mutuamente refletia-se não só na boa observação dos rituais funerários - cremação ou inumação -, mas também na perpetuação da memória dos defuntos entre os vivos, sobretudo os familiares, e na penalização dos que atentavam contra os espaços de sepultura.

Aqueles a quem a família ou a sociedade tivesse providenciado o devido repouso integravam a coletividade divina dos *Manes* ou *Lares*, espíritos protetores dos lares e das famílias, homenageados no festival *Parentalia*; os que não tivessem família ou tivessem sido esquecidos pelos seus, podiam tornar-se *Lemures* ou *Larvae*, ou seja, espíritos perigosos e errantes que atormentariam os vivos, recordados nos esconjuros e rituais do festival *Lemuria*. Era o caso dos que tinham sofrido uma morte violenta – *saeuus finis* -, prematura – *mors acerba* – ou a quem não tinha sido dado um funeral que obedecesse aos ritos romanos – os *insepulti*.

Cremado ou inumado, o defunto romano devia acompanhar-se de uma moeda para pagar a passagem a Caronte, bem como objetos de uso pessoal ou profissional que pudessem ser úteis futuramente. A morte era o reflexo do modo de vida do indivíduo, do seu poderio económico e dos seus vínculos pessoais, muitas vezes inscritos no epitáfio. A sepultura, quase sempre fora do perímetro da “cidade dos vivos”, poderia ser assinalada por um monumento funerário – estela, ara ou altar, cupa - ou, em casos excepcionais, corresponder a um mausoléu.

Em *Aquae Flaviae*, a identificação dos lugares sagrados para sepultura permitiu definir o perímetro da cidade romana, determinado pelos eixos fluviais do Tâmega e do Ribelas, a leste e oeste, e pela Rua Joaquim José Delgado, a sul. A avaliar pelos dados recolhidos nas intervenções arqueológicas levadas a cabo nas últimas décadas, *Aquae Flaviae* teria sofrido uma contração urbanística a norte em época baixo-imperial, motivo pelo qual a necrópole se implementou na zona do atual Largo General Silveira.

“Cidade dos mortos” fora de portas

Hospes, quod deico paullum est, asta ac pellege

Viajante, aquilo que digo é pouca coisa, pára aqui e lê do início ao fim

As necrópoles romanas eram, por norma e em cumprimento da Tábua X da Lei das XII Tábuas (meados do século V a.C.) - “não seja sepultado nem queimado, dentro da cidade, qualquer cadáver humano” -, implementadas fora da cidade, para lá do pomerium, a via perimetral. Excepcionalmente e quando o defunto era uma pessoa especial ou até um imperador, como foi o caso de Trajano, quebrar-se-ia esta regra. De qualquer modo, os espaços cemiteriais eram integrados na vida quotidiana, ocupando via e caminhos de acesso, aquedutos, edifícios de espetáculos e inclusivamente zonas oficiais.

As interpelações feitas aos vivos, aos viajantes, nos epitáfios testemunham esta interação entre mortos e vivos, já que nela, para os Romanos, residia a verdadeira imortalidade do indivíduo, que era “chamado à vida” nos instantes em que a sua mensagem era lida e comunicada.



Sepultura de inumação em caixa de material laterício

Baixo-Imperial

Largo General Silveira

Identificada no ano 2000, a necrópole romana no designado Largo das Freiras, de onde procede a sepultura composta por *tegulae*, atesta o cumprimento dos pressupostos imperiais de realizar as práticas funerárias no exterior do *pomerium*.

Ilustração das práticas funerárias romanas, gerada com recurso a IA.

SITI TIBI TERRA LEVIS

Que a terra te seja leve

CORIA / PHIL

Coria, filha de Philippi

Estela funerária de frontão semicircular decorado com quadríscele

Século II - III d.C.

Região Flaviense (MRF/NcARQ/39/09)

MAX / FLAV

Maximus Flavius

Cupa funerária

Séculos I – III d.C.

Praça de Camões (MRF/NcARQ/48/09)

C · PORCIO / FRONTONI / ARCOBR / · H · S ·

Aqui jaz Caius Porcius Frontonius, de Arcobriga

Estela funerária

Época Romana

Vilar de Nantes

Dar Rosto ao Passado

Os escombros das termas medicinais romanas, fruto da violenta derrocada que o edifício sofreu no último quartel do século IV d.C., foram o último repouso dos aquiflavienses que, no momento da catástrofe, se dedicavam ao ócio e ao bem-estar. Foram também, após a ruína do edifício, o local para a colocação de uma sepultura de um jovem, anónimo, para quem foi preparada uma sepultura em caixa composta por material laterício – tegulae.

As ossadas preservadas deste indivíduo revelam-nos dados fundamentais sobre a idade, o estado de saúde e as condições de vida deste jovem e permitem, através da técnica de aproximação facial forense, reconstituir o seu aspeto físico, “dar rosto” a um achado arqueológico com quinze séculos de existência. O desenvolvimento dos parâmetros da aproximação facial possibilita, em ambiente digital, devolver expressão ao jovem sepultado sobre as ruínas das outrora termas medicinais romanas.

Num período histórico marcado por profundas mudanças socioeconómicas e políticas e pela chegada de povos como os Suevos, vindos do Norte da Europa, a urbe é adaptada e suas áreas periféricas, em ruínas, reaproveitam-se como espaços funerários. Assiste-se à redução do perímetro da “cidade dos vivos”.





Sepultura de inumação em caixa de material laterício

Esqueleto de jovem adulto (18-25 anos)

Século IV – V d.C.

Largo do Arrabalde – Termas Romanas

O complexo termal identificado no Largo do Arrabalde, defronte ao Tribunal, comprova um amplo investimento imperial no aproveitamento das águas mineromedicinais. Às termas alto-imperiais sucedeu-se, no século III d.C., um equipamento monumental que viria a ser destruído por uma catástrofe natural no século IV.

Ilustração das práticas funerárias romanas, gerada com recurso a IA.

Mundos em conversão

A expansão da religião cristã no Império Romano, a partir do século II d.C., não implicou uma substituição das práticas pagãs longamente enraizadas, assistindo-se à coexistência destas com o quotidiano cristão - paleocristianismo. Nos séculos seguintes, designados de Antiguidade Tardia (séculos V – VIII d.C.), a aparição de novos povos em território português determinou uma convivência de duas vertentes diferentes do cristianismo, o arianismo e o catolicismo. Os Concílios levados a cabo entre os séculos IV d.C. e o século VII d.C.. consolidariam o cristianismo nas comunidades e estruturam as práticas a implementar no seu seio.

Relativamente à morte, e uma vez que a Igreja estaria ainda a instituir-se para os fiéis, persistiu a interpretação da forma romana das práticas fúnebres e dos rituais litúrgicos. A inumação, prática dominante desde o século III d.C. entre os romanos, assumiu-se como norma neste período em que se consolidava, no mundo cristão, a ideia da morte como um sono até à Ressurreição. Os defuntos continuavam a sepultar-se fora dos muros das cidades, em observação dos preceitos romanos, por receio de que voltassem e perturbassem os vivos.

O conceito de muros estendeu-se também às paredes das basílicas, habitualmente localizadas nos fóruns romanos, como se testemunhou em *Aquae Flaviae*. Este jarrinho globular, procedente de uma sepultura paleocristã nas imediações da suposta basílica existente sob a igreja medieval, tem inscrito DEP ET [...] FLAV MATERNIANVS VIXIT [...]. Apesar da ausência da expressão cristã “famulus dei” ou “famulus christe” que descrevia os servos de Deus ou de Cristo, a localização da sepultura e o tipo de inscrição permitem comprovar a cronologia deste enterramento.

A prática de inumação no interior das basílicas funerárias ou mesmo na sua envolvente materializava a crença numa muralha urbana que separava os mundos dos vivos e dos mortos, para proteger os primeiros das trevas e do caos do exterior. Nos séculos seguintes, a escolha destes locais manteve-se, tal como a coexistência entre as práticas pagãs ancestrais e os novos ritos e preceitos instituídos pela Igreja. O caso mais pragmático foi o do reaproveitamento de uma estela funerária romana como tampa de sepultura de um sarcófago de pedra medieval.

SEVERAE / LVCIBRIGAN / ET · SEVERINA / E · F · EIVS · L · P · / F · CVRAVE/ RVNT

Para Severa, filha de Lucius de Brigantium, e para Severina, as suas duas filhas, os pais encomendaram este local.

Baixo Império

Estela funerária com frontão triangular decorado com dois trísceles e quatro arcos de ferradura

Sarcófago medieval com tampa reaproveitada de sepultura romana

Idade Média

Praça da República

Entre a Terra e o Céu – ritos e espaços

Memento, homo, quia pulvis es et in pulverem reverteris.

Lembra-te, homem, que és pó e ao pó voltarás.

As centúrias medievais, profundamente marcadas a nível Peninsular pela chegada de novas religiões e pelo incessante combate pela soberania dos reinos, foram o tempo de afirmação da Igreja Católica no cômputo dos seus dogmas e normas. Na Alta Idade Média, contrariando os pressupostos do I Concílio de Braga (século VI), persistiram os enterramentos quer junto dos muros das basílicas funerárias quer no seu interior e perto do altar, apanágio dos dignatários religiosos e indivíduos poderosos.

A boa sepultura ansiada pelos cristãos dava à paisagem da morte medieval um aspeto de anéis concêntricos, que partiam do altar das igrejas, exclusivo das individualidades religiosas, até ao adro da igreja. Quanto mais próximo da igreja, mais digno e eficaz seria o enterramento. As vilas e cidades passaram a incorporar as moradas eternas dos que, através de influência ou dinheiro, alcançavam a proteção divina no Além.

Num período definido por violência e guerras contínuas em que a ameaça da morte era uma constante, a doutrina sobre a Vida para além da morte não estava ainda suficientemente organizada, não atenuava a angústia face aos últimos momentos e levava ao uso de práticas e rituais antigos, a que se iam atribuindo novos significados. A Igreja conseguiria já em momento avançado, malgrado o esforço de séculos, acabar efetivamente por impor aos fiéis cristãos uma base comum de crenças e práticas mortuárias.

O exemplo mais censurado ao longo da Idade Média foi a prática de manifestações ruidosas de dor que acompanhavam os enterros, persistente entre a população comum. As estruturas de dependência entre as comunidades e os senhores e soberanos acarretavam a ameaça iminente de desordem e de desintegração decorrente da morte destes. Esse medo seria exorcizado mediante demonstrações exageradas de luto e pesar.

Muito provavelmente, a doutrina cristã sobre a morte só foi verdadeiramente assimilada depois da difusão dos catecismos posteriores ao Concílio de Trento, já no início da Idade Moderna.



Ilustração das práticas funerárias romanas, gerada com recurso a IA.

Sarcófago medieval com tampa decorada com folha de palma

Idade Média

Adro da Igreja de Santa Maria Maior – Portal Românico (971/MRF/NcARQ/676/09)

***UT INFERORUM CARCERES
ET CLAUSTRA QUEQUE HORRENTIA
PERTRANSIENS IN ETHERA
CELI FRUATUR PATRIA.***

Para que, atravessando as prisões dos infernos
e todos os claustros horríveis,
desfrute da pátria [celestial]
no éter do céu.

Tampa de sepultura decorada com dois báculos encimados por cruz pátea

Idade Média

Adro da Igreja de Santa Maria Maior – Praça da República

Morte em livro

E por quanto por nossos pecados no tempo dagora muytos saçerdotes que ham curas de almas nõ soomête son ynorãtes pera jnstruir e ensynar a fe e creõça e as outras coussas que perteçen a nossa saluaçan, mas ajnda nõ saben o que todo boo christaõ deve saber nem som jnstruydos nõ ensynados em a fe christãa segũdo deuiam, e o que he mays prigosso e danosso, algũus nõ sabẽ nõ entẽdẽ as escryturas que cada dya hã de leer e trautar. (Sacramental, Chaves, 1488)

Consciente das lacunas na instrução dos clérigos e da necessidade de difundir a catequização entre os crentes, a Igreja recorreu à imprensa, em ascensão nos finais do século XV e século XVI, tornando-se um dos seus principais encomendadores. Obras como o Sacramental, cuja edição de 1488 foi impressa em Chaves, e o Tratado de Confissom, de 1489, também impresso na cidade, permitiam anular fronteiras e distâncias num mundo cristão, mas sobretudo aproximar os clérigos do entendimento dos textos sagrados em latim, através dos manuais em português e castelhano.

Do mesmo modo, o Livro de Horas de D. Manuel I, ilustrado no século XVI, visou compilar instruções e reflexões sobre a vida cristã, revelando-se ainda um documento artístico que retrata o Portugal quinhentista, inclusivamente no que respeita à concepção de uma Boa Morte.



Sarcófago medieval com tampa decorada com báculo encimado por cruz pátea

Idade Média

Praça de Camões (925/MRF/NcARQ/678/09)

Sarcófago medieval sem tampa, decorado com cruz pátea e duas cabeças nas extremidades da cabeceira

Idade Média

São Caetano (982/MRF/NcARQ/677/09)

Valor da morte

No século XVI, a inumação no interior dos templos estava perfeitamente estabelecida, já que os contributos das famílias dos defuntos constituíam, para as instituições, uma fonte considerável de receita. Socialmente, a morte assume-se cabalmente como uma forma de distinção social do indivíduo – da cova no adro onde se sepulta um anónimo ao túmulo no interior de uma igreja onde o seu nome se perpetuaria no tempo. Esta prática da Igreja Católica estendeu-se ainda às Ordens Religiosas e a coletividades como as Misericórdias.

A difusão das Misericórdias no reino de Portugal no século XV e o seu franco crescimento no contexto da expansão ultramarina decorreu, em larga medida, das benfeitorias dos seus associados. Nos seus edifícios – hospitais, igrejas –, albergavam um conjunto de espaços passíveis de se tornarem sepultura dos benfeitores, com níveis de visibilidade que dependiam do volume de contributos disponibilizado. Apesar serem instituições de poder, as Misericórdias beneficiavam de uma boa aceitação junto das comunidades pelo apoio social a que se dedicavam, sobretudo pela assistência aos pobres e doentes.

Por oposição aos enterramentos dos beneméritos das instituições e respetivas famílias, assistiu-se ao longo de séculos à criação de áreas cemiteriais nos adros das igrejas, em covas anónimas ou com túmulos revestidos a pedra. Aliás, a falta de higiene e insalubridade destes espaços, onde conviviam animais, atividades económicas e espaços de enterramento, viria a ser mencionada em diversos documentos religiosos, nos quais se recomendava vivamente a vedação e a promoção da limpeza destes “lugares sagrados”.

Os cemitérios como espaços inequivocamente definidos e resguardados da vida mundana das populações institucionalizaram-se somente no século XIX, um dos séculos da História de Portugal em que a morte em combate aconteceu um pouco por todo o país. No contexto da Guerra Peninsular, a vila de Chaves foi palco de confrontos bélicos no decurso da denominada 2ª Invasão Francesa (1809), de que resultaram centenas de mortos, em larga medida estrangeiros, cujos cadáveres não regressariam aos países de origem para uma Boa Sepultura.

Tampa de sepultura seiscentista decorada com flor de lis, característica das armas da família Miranda, e com epitáfio praticamente ilegível - “S. de Aleyxo de Miranda”

Século XVII

Igreja da Misericórdia



Esqueletos de dois militares depositados em vala comum associada à 2ª Invasão Francesa (1809)

Inícios do Século XIX
Jardim Público

O espaço cemiterial da margem oriental do rio Tâmega, próximo da antiga capela de Santa Maria Madalena, resulta das batalhas travadas entre as tropas portuguesa, auxiliada pelos ingleses, e francesa, sob mando do general Soult. A preservação e identificação dos botões dos uniformes militares possibilitou a distinção de nacionalidade dos defuntos.

Ilustração gerada com recurso a IA.